

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIDA EM CONTABILIDADE E SOCIEDADE

ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION, DEVELOPED IN ACCOUNTING AND SOCIETY

Guilherme Alves Malosso

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá - UEM
guimalosso@hotmail.com

José Santo Dal Bem Pires

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá
jsdbpires@uem.br

RESUMO

Este trabalho tem como principal discussão a problemática sobre o arcabouço teórico e prático lançado no Brasil nos últimos 20 anos, referente à Contabilidade e Sociedade, em seus diversos aspectos. Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo identificar, analisar e descrever as mudanças relevantes ocorridas na produção científica desenvolvida em Contabilidade e Sociedade, publicada em anais do Congresso Brasileiro de Custos e no Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade. A fundamentação teórica aborda aspectos relacionados à contabilidade e sociedade nos seus vários segmentos, como: contabilidade social, contabilidade ambiental, relatórios sociais de apoio à gestão ambiental, responsabilidade social e ambiental, contabilidade para as ONGS: terceiro setor, balanço social, instrumentos contábeis de evidenciação de responsabilidade das empresas, demonstração do valor adicionado, capital intelectual, orçamento e contabilidade pública e, por fim, a caracterização das dimensões pesquisadas. A metodologia admitida caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva e explicativa, de natureza aplicada, com metodologia de uma pesquisa documental e com o método dedutivo. A conclusão indica que a produção científica publicada nos anais dos congressos vem, nos últimos anos, dando largos passos para evoluir e atender as necessidades sociais, econômicas e financeiras da sociedade; e que é preciso avançar um pouco mais no rigor metodológico utilizado nos trabalhos produzidos.

Palavras-chave: contabilidade; sociedade; anais; produção científica.

ABSTRACT

This study has as main discussion issues on the theoretical and practical framework launched in Brazil in the last 20 years, referring to accounting and society, in its various aspects. This research aims to identify, analyse and describe the changes that have occurred in the relevant scientific literature developed in Accounting and Society, published in the annals of the Brazilian Congress of Costs and at the Congress of USP in Controllershship and Accounting. The

theoretical base addresses aspects related to accounting and society in its various segments, such as: social accounting, environmental accounting, social reporting to support environmental management, social and environmental responsibility, accounting for NGOs: third sector, social balance sheet, accounting instruments evidencing the liability of companies, value added statement, intellectual capital, and public accounting and budget, and, finally, the characterization of the dimensions. The methodology used is characterized as being a descriptive and explanatory research, applied nature, with documentary research and methodology with the deductive method. The conclusion indicates that the scientific production published in the annals of Congresses has, in recent years, giving wide steps to evolve and meet the social, economic and financial needs of society; and that we need to move forward a little more on methodological rigor used in works produced.

Key words: *accounting; society; annals; scientific production.*

1. INTRODUÇÃO

A evolução do pensamento contábil esteve sempre atrelada ao desenvolvimento da sociedade e, suas organizações, procuram na contabilidade informações gerenciais que lhes auxiliem no processo de tomada de decisões, onde de forma direta ou indireta acabam influenciando no meio sobre o qual desenvolvem as suas atividades. Neste sentido, atualmente as organizações e pesquisadores têm demonstrado interesse na contabilidade voltada mais para o social, que está estritamente ligada à responsabilidade social das empresas.

As entidades não devem só usufruir das riquezas tiradas do ambiente externo sem que contribuam no desenvolvimento das sociedades, pois sem elas as suas atividades e transações seriam impossíveis de serem realizadas. Por isso, com o uso da Contabilidade é possível informar aos usuários sobre as atividades exercidas pelas empresas, para que os mesmos possam avaliar os efeitos provocados pelas ações das entidades às sociedades (De LUCA, 1998).

Os sistemas contábeis estão muito mais adaptados para o aspecto econômico, o que tem dificultado a obtenção de informações de caráter social para informar adequadamente a sociedade. Porém, atualmente verifica-se um crescente número de empresas que estão se importando em analisar o desempenho social das suas ações perante a sociedade, sem deixar de analisar o desempenho econômico-financeiro. Logo, é possível observar que a atuação da Contabilidade está crescendo a cada dia e como consequência fornece informações a todos que de uma forma direta ou indireta trocam relações com a entidade. Para isso a Contabilidade precisa assumir a tarefa de informar a sociedade sobre os esforços por ela tomados, através da

aplicação de estratégias que protejam o meio em que praticam as suas atividades, avaliem a aplicação dos planos sociais, e evidencie o desempenho da atividade social... (De Luca, 1998).

No Brasil a ciência contábil nos últimos anos vem envidando esforços em introduzir no seu ensino, o tema em questão, procurando produzir trabalhos e artigos científicos relativos à contabilidade e sociedade. Tem-se observado a existência de vários artigos recentes sobre o assunto em revistas especializadas como a Revista de Contabilidade e Finanças e a Revista Brasileira de Contabilidade. Estes veículos abordam o assunto que cresce cada vez mais no país, levando a uma discussão acerca da qualidade e do nível de produção científica e acadêmica destes mesmos trabalhos científicos, justificando desta forma a importância do tema escolhido.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como preocupação central a seguinte indagação: quais as mudanças relevantes ocorridas na produção científica publicada nos anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e do Congresso Brasileiro de Custos, nos últimos 20 anos? Para responder esta questão foram estudadas seis dimensões, quais sejam: quantitativa, autoria, referencial teórico, metodologia, cientificidade e temática, dos trabalhos publicados nos anais do evento.

A pesquisa pretendeu dar uma resposta a esta pergunta estabelecendo como objetivo geral investigar e analisar as mudanças relevantes ocorridas na produção científica publicada em anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e do Congresso Brasileiro de Custos, nos últimos 20 anos. Os objetivos específicos se preocuparam em identificar a produção científica publicada nos anais do evento aludido em contabilidade e sociedade, evidenciando as mudanças significativas que ocorreram no período em estudo; e, descrever as características, ante as dimensões propostas, da produção científica objeto de análise.

Desta forma, a importância desta pesquisa se revela na evidência da evolução quantitativa e qualitativa da pesquisa em contabilidade no que toca o seu aspecto social no país, contribuindo para a discussão sobre os rumos da produção científica nas instituições de ensino superior.

2. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Esta seção caracteriza-se como sendo a fundamentação teórica que serviu de base para elaboração do presente estudo, onde se encontra o desenvolvimento básico de tópicos admitidos como Contabilidade e Sociedade, quais sejam: Contabilidade Social; Contabilidade Ambiental;

Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental; Contabilidade para as ONGS: terceiro setor; Balanço Social; Instrumentos Contábeis de Evidenciação da Responsabilidade das Empresas; Demonstração do Valor Adicionado; Capital Intelectual; Orçamento e Contabilidade Governamental; e, Caracterização das Dimensões Pesquisadas. Segue um marco conceitual desses tópicos.

2.1. Contabilidade Social

A Contabilidade deve proporcionar às empresas um conceito cada vez mais amplo e abrangente, atendendo às necessidades das comunidades que com ela se relaciona. Por esse motivo, cabe às empresas avaliar o efeito de suas atividades sobre a sociedade e ainda comprometer-se com o bem-estar social. Nesse sentido enquadra a Contabilidade Social, que segundo Rossetti (1995, p. 65):

...é definida como uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de Contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificam, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um País.

Na interpretação de Paulani e Braga (2006, p. 1), a Contabilidade Social congrega “Instrumentos de mensuração capazes de aferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo: quanto se produziu, quanto se consumiu, quanto se investiu, quanto se vendeu para o exterior, quanto se comprou do exterior.”

Portanto, a Contabilidade Social é uma técnica de registro e de mensuração de um conjunto interligado de grandezas e de variáveis definidas pela ciência contábil e econômica, que se propõe a apresentar valores que expressam os montantes das transações verificadas em determinado País e sua repercussão social.

2.2. Contabilidade Ambiental

De acordo com Ferreira (2006, p. 59), “a contabilidade ambiental é um conjunto de informações que relatam adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio”. Desta forma, pode-se dizer ela representa uma estrutura que, quantitativamente avalia todos os esforços empreendidos pelas entidades em unidades

monetárias, não esquecendo que representa também um dos métodos significativos que evidencia o estado de conservação ambiental para todos aqueles que têm algum tipo de relação com a entidade. (ENVIRONMENTAL REPORTING GUIDELINES - GOVERNMENT OF JAPAN, *APUD* NOSSA, 2002).

A contabilidade ambiental é um campo novo e em desenvolvimento na contabilidade, que tem o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novas metodologias que possam responder aos gestores quanto às informações financeiras sobre o meio ambiente e atitudes a tomar pelas entidades.

O relatório do Instituto Canadense de Contadores Certificados (ICCC), sobre *Environmental costs and liabilities: accounting and financial reporting issues – reserch report*, afirma que:

[...] Já que a Contabilidade apura resultados para um período específico de tempo, normalmente um ano, no caso de um resultado ambiental, questiona-se se é necessário que a quantidade de danos ocorridos em um ano em particular seja conhecida, a fim de que os custos de recuperação possam ser especificamente identificados e diretamente relacionados àquele ano? Ou é adequado que seja conhecido que o dano foi causado num período particular de tempo, por exemplo. (ICCC, 1993, p. 15).

A orientação dada pela ONU (1993, p. 19) estabelece que:

[...] a contabilidade ambiental, tanto em nível macro como microeconômico, deveria incluir a identificação de uma atividade, sua mensuração, e comunicá-la ou evidenciá-la. Num contexto de desenvolvimento sustentável, era necessário incluir o full cost (custo integral) de produção de um produto, o qual deveria incluir todos os custos ambientais não registrados.

Pode se dizer que a contabilidade Ambiental é um modelo desenvolvido nos últimos tempos para mostrar por meio da mensuração como a área de gestão ambiental contribui efetivamente para o resultado da empresa, não representando somente uma fonte de custos, pois muitas são as empresas que mostram o contrário. Na verdade, a contabilidade não irá de maneira instantânea solucionar os problemas ambientais, mas por ser uma ferramenta fundamental no processo de informações decisivas, poderá alertar aos agentes sociais sobre a gravidade do problema que vivemos hoje nesse mercado globalizado e nesse mundo de severas alterações climáticas.

2.3. Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental

Atualmente as organizações tem mostrado interesse na proteção do meio ambiente, tentando desenvolver métodos que possam reverter a situação que a muito tempo vivenciamos pela destruição sem precedentes ao meio ambiente e pela falta de preocupação com as alterações provocadas pelas mesmas organizações. Diante desse fato inegável é mister o gerenciamento ambiental.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 257), os relatórios socioambientais são:

[...] meios que as empresas adotam para divulgar sua contribuição quanto à proteção e prevenção do meio, através de dados auditados ou não, relativos a atividades desenvolvidas que podem ter impactos alarmantes pelos riscos, políticas, estratégias, alvos, custos, despesas, receitas, passivos, bem como informações que auxiliem a empresa a salvaguarda do meio ambiente, para servir de informação a todos aqueles que se relacionam com a organização (stakeholders).

Em complementação as afirmações dos autores acima aludidos, Ferreira (2006, p.24), menciona que “... os relatórios ambientais têm como característica a descrição física sobre como determinada ação pode influenciar fisicamente o meio ambiente”. A sua divulgação ainda é bastante recente, iniciou basicamente na última década.

Os relatórios socioambientais veem evidenciar de forma geral, todo um conjunto de informações sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das organizações para os seus colaboradores diretos e indiretos, os Stakeholders, tomando atenção que outros relatórios financeiros e outras formas de evidenciação não podem ser confundidos com os relatórios socioambientais.

2.4. Responsabilidade Social e Ambiental

A prática de responsabilidade social e ambiental pelas empresas atualmente é tida como um dos fatores preponderantes no processo de desenvolvimento das nações, onde os valores morais precisam estar acima dos benefícios e ganhos de lucro que as empresas ganham em determinado período de tempo. Desta forma, empresas com a responsabilidade social passaram a ter necessidade de divulgar seu papel na sociedade e as suas responsabilidades, que não eram somente de transformar o que recebiam do ambiente externo, mas também proteger para o usufruto das gerações futuras.

As questões relativas à proteção do meio ambiente e da responsabilidade social das

organizações, tem sido bastante discutida, e tem influenciado na escolha de muitas empresas no processo de tomadas de decisões, escolha de investidores, não esquecendo que os consumidores atualmente têm preferido produtos de empresas que tenham responsabilidade relativa às questões sociais e ambientais. Com isso a preocupação das empresas com relação à responsabilidade social e ambiental vem crescendo de maneira impressionante em todas as partes do mundo (FIECAFI, 2003).

Segundo o Instituto Ethos (2006, p. 3):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras.

Na verdade, a sociedade procura cada vez mais organizações que possuam estratégias de gestão voltadas para a sociedade, e fundamentalmente para a proteção do meio ambiente. Assim, a contabilidade serve aqui de veículo informativo e elaborador de relatórios que possam informar aos demais usuários internos e externos sobre acontecimentos que podem influenciar de certa maneira o patrimônio das entidades, buscando sempre formas de melhor proteger para benefício das gerações futuras.

2.5. Contabilidade para as ONGS: terceiro setor

Segundo o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social – editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as características básicas de um terceiro setor são as seguintes:

- Promoção de ações voltadas para o bem estar comum da coletividade;
- Manutenção de finalidades não-lucrativas;
- Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- Atividades financiadas por subvenção do Primeiro Setor (empresarial, de fins sociais econômicos) e de particulares;
- Aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;

- Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado. (CFC, 2003, p.23)

Segundo Capellazzi (2005, p. 02):

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais, de interesse coletivo ou público. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões de interesse individuais ou privados. O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

As ONG's – Organizações Não Governamentais - desenvolvem suas atividades para realizar funções tanto do primeiro setor quanto do segundo setor, para proporcionar melhor qualidade de vida da sociedade, como afirma Camelo et al (2006, p. 45): “(...) o terceiro setor detém uma personalidade privada e cobre voluntariamente algumas obrigações do primeiro setor (Estado)”.

A Contabilidade desempenha papel importante nestas organizações, já que, cada dia mais, é necessário evidenciar a arrecadação dos recursos destinados a estas entidades e sua aplicabilidade. O terceiro setor, desde o seu surgimento, é determinante no desenvolvimento das nações, permitindo avanços em termos de desenvolvimento ecológico, social, educacional, cultural e da saúde, que de certa forma contribui para o crescimento da sociedade como um todo.

2.6. Balanço Social

O Balanço Social é uma das ferramentas da Contabilidade Social utilizado para apresentar informações da atuação empresarial tanto para usuários internos como externos. Assim, na concepção dos professores Perottoni e Cunha (1997, p. 13), “O Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”.

Os objetivos do Balanço Social segundo Kroetz (2000, p. 79) são:

- a) revelar, em conjunto com as demais demonstrações financeiras, a estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, através de indicadores econômicos e sociais, as contribuições da empresa à qualidade de vida da comunidade;

- c) abranger todo conjunto de interações sociais que compreende clientes, fornecedores, governo, acionistas, investidores etc.;
- d) divulgar os investimentos realizados no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) compor um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos usuários diversos;
- f) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade onde mantém relação de negócios;
- g) servir de instrumento para negociações laborais entre empresa, sindicatos, representantes dos empregados;
- h) clarificar os objetivos e as políticas administrativas que possibilitem avaliar a entidade, em função não apenas do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- i) ampliar o grau de confiança da sociedade em relação à entidade;
- f) verificar a participação dos trabalhadores no processo de gestão.

O Balanço social é um meio de dar transparência às atividades das empresas por meio de um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental da empresa. É ainda um instrumento que amplia a relação com todos com os quais a empresa se relaciona. Durante sua realização, o balanço social funciona também como uma ferramenta de autoavaliação, já que dá à empresa uma visão geral sobre sua gestão e o alinhamento dos valores e objetivos presentes e futuros da empresa com seus resultados atuais.

2.7. Instrumentos Contábeis de Evidenciação da Responsabilidade das Empresas

A finalidade da evidenciação é apresentar informações relativas ao desempenho econômico, financeiro, social e ambiental exercidos pela organização a fim de demonstrar a sua preocupação com a sociedade (TINOCO E KRAEMER, 2004).

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) recomenda que as empresas divulguem: descrição dos negócios, produtos e serviços; comentários sobre a conjuntura econômica geral; recursos humanos; investimentos; pesquisa e desenvolvimento; novos produtos e serviços; proteção ao meio ambiente; reformulações administrativas; investimentos em controladas e coligadas; direitos dos acionistas e dados de mercado; perspectivas e planos em curso e ou futuros; empresas investidoras; e, considerações finais.

A Contabilidade, por meio dos relatórios contábeis, busca fornecer informações aos diversos usuários sobre os fatos ocorridos dentro das organizações. A evidenciação de todo tipo de informação gerada pelas empresas no que diz respeito a sua responsabilidade perante a sociedade, é extremamente relevante para que estas possam informar sobre as atividades praticadas em prol da melhoria do bem-estar social.

2.8. Demonstração do Valor Adicionado

Para De Luca (1998, p. 28), “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.”

Segundo Kroetz e Cosenza (2004) os principais usuários das informações contidas na DVA, são os seguintes: funcionários, acionistas, administradores, comunidade, governo, financiadores e consumidores.

Para Tinoco (2006, p. 65), a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas “...em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar as demonstrações contábil financeiras das organizações”. A sua elaboração não tem o objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício, como afirma Tinoco (2006), tem como função principal informar como é formado o resultado líquido de determinado período, já para a DVA o objetivo principal é fornecer informações a diversos agentes econômicos, observando a mensuração, a produção ou venda.

2.9. Capital Intelectual

Vivencia-se um período de transição da sociedade industrial para sociedade do conhecimento, onde os recursos antes utilizados como fatores de produção, já não representam o mercado competitivo em que as organizações se encontram, mudando totalmente suas economias, passando a valorizar mais o fator humano, pelas suas habilidades, conhecimentos, destreza em adaptar-se a certas situações, como também passaram a valorizar a marca registrada de seus produtos, liderança tecnológica, clientes leais, seu relacionamento com os fornecedores,

treinamentos frequentes, a qualidade de atendimento, seus sistemas de informação etc. É nessa realidade que se tem o capital intelectual.

Segundo Stewart (1998, p. 8), “o capital intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagens competitivas”. Já para Edvinsson e Malone (1998), o capital intelectual assume duas formas, quais sejam: primeira, o capital humano, que compreende o conhecimento, experiência, poder de inovação, habilidades e competências dos empregados, inclui também os valores, a cultura e a filosofia da empresa; e, segunda: capital estrutural, que compreende os sistemas de informação, o software, os bancos de dados, as patentes, as marcas registradas e todo o resto da capacidade organizacional que apoia a produtividade do capital humano – em poucas palavras, tudo o que permanece na empresa quando os empregados voltam para casa.

O Capital Intelectual representa uma riqueza das empresas, a qual serve para maximizar o lucro, por meio apenas do conhecimento, do nome e do prestígio. Aparentemente não representam patrimônio para as empresas, mas que trazem benefícios presentes e futuros para as organizações que acreditam no seu potencial.

2.10. Políticas Públicas

Pode-se definir as políticas públicas como uma unidade de análise, estudando basicamente o processo de sua formação, que denominaram de policy process (RADAELLI, 1995). No entanto, estas políticas sofreram significativas reformulações, através de uma grande variedade de pesquisas empíricas e ensaios teórico-conceitual, que mostravam a incapacidade dos modelos tradicionais existentes de interpretação das relações entre as entidades públicas e privadas, como exemplo do pluralismo, do corporativismo, do marxismo, mostrando a dificuldade para o entendimento desse processo, entre os níveis mais altos das entidades (hierarquias). Por outro lado, o baixo grau de formalização, incluindo novos agentes no processo de formação destas políticas, como exemplo as organizações não-governamentais internacionais (FARIA, 2003).

Peter John (1999) cita as cinco grandes vertentes analíticas na subárea das políticas públicas, quais são: a institucional, a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes, as abordagens que dão ênfase aos condicionantes sociais e econômicos

no processo de produção das políticas, a teoria da escolha racional, e as abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento.

Segundo Reis (2003, p.12), o campo que envolve as políticas públicas:

É uma das especializações que responde mais diretamente ao imperativo de relevância na prática das ciências sociais. Seja analisando a formulação, a implementação ou os resultados de políticas, os especialistas podem ver de maneira bastante clara e imediata como suas análises interpelam situações concretas examinam tecnicamente problemas empíricos específicos e podem servir para legitimar ou deslegitimar as escolhas políticas efetivas.

Atualmente observa-se um movimento notável ocorrido em todo mundo, onde aparece um novo tipo de ator e relevante para a prática da política pública, o chamado terceiro setor, reino da solidariedade. Nesta vertente este agente social denominado terceiro setor vem de maneira sutil demarcar o seu espaço na esfera social, reavivando a solidariedade como fator determinante em suas ações. No entanto a política pública compete, por exemplo, a análise de como o Estado age, e de certa forma, como poderia agir a política pública para assegurar a escassez de bens públicos, que não são produzidos e distribuídos pelo setor público.

2.11. Orçamento e Contabilidade governamental

O governo tem o objetivo de suprir as necessidades da população. Porém, isso não pode ser feito de qualquer forma, é necessário recorrer a técnicas de planejamento e programas de ações que são condensados no mais importante instrumento de gestão pública: o orçamento. Segundo Andrade (2006, p. 58), a definição de orçamento público pode ser assim expressa:

...materialização do planejamento do Estado, quer na manutenção de sua atividade, quer na execução de seus projetos. Configura o instrumento do poder público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante de recursos a serem obtidos e o montante das despesas a serem efetuadas.

A execução dos atos e fatos orçamentários é processada pela contabilidade pública. No que tange ao universo da Contabilidade Pública é umas das especializações da ciência contábil, focada nas entidades de direito público interno, e tem como base norteadora a Lei 4.320, de 17 de Março de 1964, que dispõe em seu Art. 1º: “Estatui Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

A contabilidade pública encontra-se, no momento, com implementações das normas internacionais de contabilidade e da NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – a vigor em 2011 na esfera da União, em 2012 nas esferas estaduais e em 2013 nos níveis municipais. Essas normas foram estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Tem uma metodologia particularmente complexa a fim de atender à legislação relativa às normas de direito financeiro. Utiliza-se de contas escrituradas em diferentes sistemas como o: sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial e o sistema de compensação.

2.12. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) faz parte de um conjunto de medidas ligadas à reformulação da estrutura do Estado, no que diz respeito à reforma tributária e fiscal. Suas exigências visam à moralidade, seriedade e transparência das atitudes dos administradores registradas pelos mecanismos operacionais do ciclo orçamentário das entidades públicas.

A LRF, além de reforçar alguns institutos e mecanismos de elaboração e controle orçamentário, introduz, na ordem jurídica, novos mecanismos de controle e transparência, objetivando a uma gestão fiscal responsável das contas públicas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com nítido caráter permanente, não constituindo uma simples lei com medidas temporárias, com vistas ao saneamento e equilíbrio das contas públicas.

Esta Lei determina a conduta dos administradores públicos de todo o país, que passa a valer para os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). Seu objetivo é aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Assim, a Lei Complementar nº 101/2000 propiciou importante contribuição no controle dos gastos públicos dispondo de basicamente quatro vertentes, sendo elas: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.

O planejamento é operacionalizado pelas ferramentas Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), as quais estabelecem metas a serem alcançadas pelo governo nos próximos anos de gestão. A transparência é a ampla e

diversificada divulgação dos relatórios nos meios de comunicação, inclusive internet, para que todos tenham oportunidade de acompanhar como é aplicado o dinheiro público. O controle é responsável pela adoção de medidas fiscalizadoras dos órgãos competentes. E por fim responsabilização são sanções que os responsáveis sofrem pelo mau uso dos recursos públicos.

2.13. Caracterização das Dimensões Pesquisadas

Este tópico procura compreender cada uma das 6 (seis) dimensões estabelecidas para a pesquisa científica. O conceito da pesquisa científica representa um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, permitindo assim descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento (Ander-Egg apud Marconi e Lakatos, 2007).

Para analisar a evolução no cenário de produção científica brasileira em Contabilidade e Sociedade, fez-se necessário definir as características do objeto a serem investigadas nesta pesquisa, traduzida como dimensões de estudo. A seguir encontra-se uma abordagem sobre cada uma das 6 (seis) dimensões de pesquisa, segundo o plano de trabalho e de acordo com os conceitos de diversos pesquisadores.

A **dimensão quantitativa** é sugerida para que se possa quantificar anualmente a publicação de artigos inseridos nos periódicos escolhidos, de modo a verificar as mudanças em termos quantitativos no que toca a produção científica da área pesquisada.

A **dimensão autoria** estuda as informações de cunho profissional dos pesquisadores, procurando identificar o (s) titular (es), e conhecer, da melhor maneira possível, aqueles que hoje continuam pesquisando ou até mesmo aqueles que pesquisaram no passado. As informações são, na sua grande parte, levantadas da Plataforma Lattes (Curriculum) pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A **dimensão referencial teórica** compreende todas as fontes de pesquisa possíveis de serem consultadas para a construção de um artigo científico e, conseqüentemente, dispostas nas referências bibliográficas dos mesmos. Portanto, esta dimensão faz referência à plataforma teórica utilizada pelos autores.

A **dimensão metodologia** consiste em avaliar o rigor metodológico empregado pelos autores em suas obras. Busca-se por meio de obras distintas formular uma classificação abrangente de métodos e técnicas de pesquisa tidas como imprescindíveis para a exibição da metodologia científica empregada num trabalho de cunho científico.

A **dimensão científicidade** é a que demonstra os elementos básicos para a construção de um artigo científico, ou seja, quais devem ser os elementos de rigor científico imprescindível na estruturação de um artigo. Sobre a estrutura do artigo, Magalhães (2007, p. 74): “Os artigos de pesquisa de campo ou experimental devem conter: introdução, materiais e métodos, exposição dos resultados, análise e discussão crítica dos resultados e conclusões. Já os artigos de pesquisa bibliográfica devem conter: introdução, desenvolvimento, discussão crítica e conclusões”.

A **dimensão área temática** é onde se busca identificar e analisar, a partir da dimensão quantitativa, todo material recolhido e classificar cada um dos artigos nas respectivas áreas e subáreas estabelecidas no plano de trabalho.

No desenvolvimento de um artigo devem estar presente os seguintes elementos: problema de pesquisa, objetivo, hipóteses, questão, delimitação conceitual, delimitação de tempo, delimitação de espaço, justificativa, contribuição e limitação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos admitidos caracterizam-se como sendo uma pesquisa descritiva e explicativa, de natureza aplicada, com metodologia de uma pesquisa documental e com o método dedutivo.

É descritiva porque tem como principal função, descrever as características dos dados coletados da pesquisa, sem qualquer interferência do pesquisador, mas com o uso de determinadas técnicas de coleta de dados. É explicativa por possuir como principal inquietação a identificação dos fatores determinantes para a ocorrência dos fatos ou fenômenos, resultantes da pesquisa.

Considera-se uma pesquisa aplicada porque gera conhecimento para aplicações práticas e soluções de problemas específicos. Enquadra-se como qualitativa por não envolver processos estatísticos, e sim dados obtidos e analisados indutivamente e tratados de forma qualitativa.

É uma pesquisa documental por valer-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O método adotado é o dedutivo, que se caracteriza como sendo aquele em que se parte de uma situação ou proposição geral e se particularizam conclusões.

Quanto à caracterização da amostra, que é intencional, a pesquisa foi realizada a partir de consulta nos anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e do Congresso Brasileiro de Custos de toda a produção científica voltada para a área de Contabilidade e Sociedade.

A coleta do material de pesquisa foi feita através dos *sites* do evento e dos anais em *CD-Rom*.

Para a análise da produção científica em Contabilidade e Sociedade foram utilizadas as seis dimensões admitidas no estudo, a saber: quantitativa, autoria, referencial teórico, metodologia, cientificidade e temática. Foi elaborado um roteiro/formulário de tratamento e análise que foi aplicado no objeto de estudo, com objetivo de simplificar a análise de todo material referente à pesquisa. O roteiro/formulário possibilitou fazer, de forma organizada e detalhada, a listagem de todo material referente à pesquisa através de uma planilha do Excel, que permitiu a criação de um banco de dados para o desenvolvimento de cada dimensão estudada na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico destina-se à apresentação dos seguintes itens: quantidade de artigos publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos do tema Contabilidade e Sociedade; descrição dos autores por titulação e gênero; averiguação das referências bibliográficas que os autores mais utilizaram para a construção de seus artigos; verificação da abordagem metodológica mais utilizada; identificação do rigor metodológico (cientificidade); e, por fim, quais as áreas mais discutidas dentro do tema Contabilidade e Sociedade.

A dimensão **quantitativa** apresenta um panorama sobre a publicação anual de artigos relacionados ao tema discutido, conforme demonstra as tabelas 01 e 02.

Os dados apresentados evidenciam que no período de abrangência da pesquisa, coletou-se um total de 3.394 artigos, dos quais 331 referem-se ao tema Contabilidade e Sociedade. Destes, 2.540 artigos competem ao Congresso Brasileiro de Custos e o restante, ou seja, 854 artigos, ao Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. É possível verificar que a produção científica voltada para o tema Contabilidade e Sociedade está mais presente, em

percentual com relação ao todo, no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade atingindo em média 11,0% da publicação anual.

Na dimensão **autoria** foi constatada 624 autores, no entanto efetuou-se a análise de apenas 451, os quais dispunham de currículo na plataforma lattes (*on line*) compondo, dessa forma, a amostra pesquisada.

Por meio do gráfico 01 é possível perceber que a produção científica em Contabilidade e Sociedade é dominada pelo gênero masculino, visto que representam 65,4% dos pesquisadores, enquanto que o gênero feminino compõe 34,6%. O gráfico a seguir apresentará o percentual de autores que atuam na área acadêmica e estão vinculados à uma instituição de ensino.

Portanto, verifica-se que de cada 10 autores, 8 atuam na área de ensino e compõem o grupo de pesquisadores atuantes na temática Contabilidade e Sociedade.

Na sequência será apresentado o grau de titulação dos pesquisadores de acordo com o gênero, conforme demonstra o gráfico 03.

Constata-se que os mestres representam a maior parcela dos pesquisadores em Contabilidade e Sociedade, seguidos dos doutores. Portanto, é possível perceber que os que mais produzem artigos científicos são aqueles que estão ligados à área acadêmica. Verifica-se também que os homens têm dedicado mais tempo de sua vida ao estudo obtendo, mesmo em termos percentuais, maior parcela de autores pós doutores e livre docentes.

Já na dimensão **referencial teórico** foram identificados os materiais utilizados em nacionais e internacionais, e estes foram enquadrados como livros, teses, dissertações, sites/web, jornais, periódicos, legislação, anais e outros materiais. É importante destacar que com relação aos livros foram considerados como nacionais aqueles em que os autores utilizaram um livro internacional traduzido. Em seguida será evidenciado, em valores absolutos, a utilização de referências.

No gráfico 04 verifica-se que as referências nacionais são muito mais utilizadas em todas as fontes pesquisadas, principalmente os livros. É importante ressaltar que a utilização de referências internacionais é de suma importância, pois amplia os horizontes do pesquisador proporcionando uma visão sistêmica. Logo, proporciona maior qualidade na elaboração do artigo. Entende-se por outros materiais os papéis de trabalho, os cadernos de estudos, as revistas, os diários e os trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação.

É possível verificar, por meio do gráfico 05, que os autores tem utilizado maior quantidade de referências para produção de seus artigos, visto que nos últimos anos a quantidade de artigos manteve o mesmo patamar, enquanto que as referências indicam para um crescimento cada vez maior.

A dimensão **cientificidade** visa a averiguação do rigor metodológico empreendido, mediante a presença dos aspectos mínimos exigidos para um trabalho de cunho científico utilizado pelos pesquisadores para elaboração de seus artigos, no qual pode-se destacar problema, questão, hipótese, objetivos, delimitação, limitação e justificativa/contribuição conforme tabela 03.

De acordo com os dados, quase todos os artigos publicados referentes ao tema Contabilidade e Sociedade no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos apresentaram os objetivos de forma explícita, representando 98% do total da produção científica. Outras características bastante encontradas, segundo o rigor metodológico, destacam-se a problema, a delimitação do espaço e a justificativa/contribuição, presentes em, respectivamente, 67%, 65% e 52% do total dos artigos analisados.

Na dimensão **metodologia** admitiu-se a classificação metodológica manifestada por Borinelli (2006, p. 58). Segundo essa classificação, tem-se os seguintes dados indicados na tabela 04.

É exposto que os artigos segundo a classificação das dimensões metodológicas, se enquadram no campo não classificado tratando-se de um dado expressivamente significativo, o que infere a necessidade de um maior rigor metodológico nos artigos publicados em Contabilidade e Sociedade no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos.

E, por fim, a dimensão **área temática** é aquela que tem por objetivo enquadrar os artigos em suas respectivas áreas e subáreas; é nessa dimensão que se tem um detalhamento maior sobre o assunto estudado.

As informações disponibilizadas na tabela 05 permite inferir que as áreas mais discutidas no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos, nos últimos 20 anos são: Contabilidade Ambiental, Responsabilidade Social e Ambiental e Orçamento e Contabilidade Governamental, assuntos que estão em ascensão devido aos acontecimentos contemporâneos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta informações relevantes de forma que possa contribuir no reconhecimento e na análise das mudanças relevantes ocorridas na produção científica em Contabilidade e Sociedade, presente em anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e do Congresso Brasileiro de Custos, nos últimos 20 anos. Os resultados e discussões envolvem questões relacionadas às seis dimensões, quais sejam: quantitativa, autoria, referencial teórico e metodologia, cientificidade e área temática.

Percebe-se que a publicação de artigos em Contabilidade e Sociedade no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade mantém um mesmo patamar durante toda sua existência já que se trata de um congresso relativamente novo e quanto ao Congresso Brasileiro de Custos a publicação tornou-se mais estável em 2001, não apresentando grandes mudanças. No entanto essas publicações tendem a crescer devido ao tema incluir áreas da atualidade tais como o capital intelectual, a responsabilidade social e ambiental e o balanço social.

Com relação aos autores analisados, pode-se perceber que a parcela que mais produz é aquela que detém maior tempo na educação constituindo-se dessa forma de mestres e doutores. É importante destacar que estes pesquisadores se constituem de 65% de homens e 35% de mulheres, no entanto o número de pesquisadoras deve aumentar, pois percebe-se que as mulheres têm se inserido, muitas vezes em maior proporção que os homens, no campo da contabilidade. Nesta dimensão foi verificado que nem todos os pesquisadores dispunham de cadastro na plataforma lattes (*on line*).

No que toca a dimensão referencial teórico, a construção das publicações foca, na sua grande maioria, em referências de origem nacional. Porém, percebe-se que a utilização de referências de origem internacional certamente proporciona mais qualidade aos artigos publicados.

A dimensão metodologia aponta que os pesquisadores construíram seus estudos sem atribuir muita importância à base metodológica, deixando de lado, muitas vezes, regras básicas de metodologia.

Quanto à cientificidade dos artigos, estes apresentaram dados bastante significativos, pois seguiram, em sua maioria, os passos necessários para a construção de um bom trabalho de cunho científico.

Os artigos publicados nos anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos sobre o tema Contabilidade e Sociedade constituem-se de pesquisas que, além de estar em evidência, são assuntos muito discutidos no momento atual. Referem-se a assuntos do cotidiano tanto brasileiro como do mundo todo e buscam responder questões necessárias à evolução da sociedade em geral e, em especial, da comunidade contábil.

Finalmente, as informações apresentadas na presente pesquisa apontam que o tema Contabilidade e Sociedade representa um campo de estudo bastante interessante, com um vasto campo de trabalho a ser investigado, onde é possível desenvolver inúmeros trabalhos acadêmicos e científicos para o desenvolvimento da Ciência Contábil e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Benedicto de. *Contabilidade Pública*. 8.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - *Lei nº 11.638 de 28 de Dezembro de 2007*. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. 186º da Independência e 119º da República.

_____. Lei nº. 4320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 mar. 1964.

CAMELO, Augusto César O. CAMELO, Érica Patrícia de S. Martins. Paulino, Tatiana Cristina de B. *A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor*. Revista Enfoque: Reflexão Contábil. Maringá, v. 25 – N.2, p.41-54, Maio-Agosto 2006.

CAPELLAZZI, Marcos. *Estudo do direito do terceiro setor*. In curso de capacitação em gestão do terceiro setor. Maringá: Fundacim, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social*. Brasília: CFC, 2003.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

EDVINSSON, Leif, MALONE, Michael S. *Capital Intelectual*. São Paulo: Makron Books, 1998.

FERREIRA, Aracéli C. de Sousa. *A Contabilidade Ambiental – Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atlas, 2006.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. *Manual de Contabilidade das Sociedades por ações*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

INSTITUTO CANADENSE DE CONTADORES CERTIFICADOS (ICCC). *Environmental costs and liabilities: accounting and financial reporting issues – reserch report*. Toronto: CICA, 1993.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial, 2006*. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 31 nov.2008.

KROETZ, César E. S. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo S.; COSENZA, José Paulo. *Considerações sobre a Eficácia do Valor Adicionado para a Mensuração do Resultado Econômico e Social*. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado. Anais. 2003.

MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis. *O Trabalho Científico: da pesquisa à monografia*. 1. ed. Curitiba: FESP, 2007. 170p.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. Tese (Doutorado) – FEA/USP, São Paulo.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Contabilidad Financiera y presentación de informes ambientales por lãs empresas, 1993*. Disponível em: <<http://www.unetad.org/sphome.htm>>. Acesso em: 16 set.2008.

PAULANI, L., BRAGA, M.G. *A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

PEROTTONI, Marco Antônio; CUNHA, Aromildo Sprenger da. *Balanço Social*. Revista Brasileira de Contabilidade, 26 (104): 12-20, março-abril 1997.

RADAELLI, Claudio. *The role of knowledge in the policy process*. Journal of European Public Policy, 2(2): 159-183, 1995.

REIS, F. W. 2003. *Democracia, igualdade e identidade*. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ROSSETTI, José Paschoal. *Contabilidade Social*. 16ª ed. revisada. São Paulo: Atlas, 1995.

STEWART, Tomas A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio Janeiro: Campus, 1998.

TINOCO, João Eduardo P.; KRAEMER, Maria Elizabeth P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ANEXOS

Tabela 01: Quantidade de artigos publicados em Contabilidade e Sociedade no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade entre 2001 e 2009.

Ano	Total de Artigos	Contabilidade e Sociedade	%
2001	71	8	11,3
2002	78	6	7,7
2003	83	13	15,7
2004	100	13	13,0
2005	100	12	12,0
2006	150	14	9,3
2007	120	9	7,5
2008	84	8	9,5
2009	68	11	16,2
Total	854	94	11,0

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

Tabela 02: Quantidade de artigos publicados em Contabilidade e Sociedade no Congresso Brasileiro de Custos entre 1994 e 2009.

Ano	Total de Artigos	Contabilidade e Sociedade	%
1994	27	0	0,0
1995	88	1	1,1
1996	46	0	0,0
1997	49	0	0,0
1998	77	3	3,9
1999	104	5	4,8
2000	139	12	8,6
2001	133	17	12,8
2002	178	25	14,0
2003	139	9	6,5
2004	242	26	10,7
2005	350	22	6,3
2006	212	32	15,1
2007	238	24	10,1
2008	267	28	10,5
2009	251	33	13,1
Total	2.540	237	9,3

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

Tabela 03: Distribuição dos artigos segundo o rigor metodológico.

	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	Congresso Brasileiro de Custos	TOTAL
Problema	43	179	222
Questão	32	74	106
Hipótese	16	18	34
Objetivos	91	233	324
Delimitação Conceitual	30	19	49
Delimitação Tempo	41	87	128
Delimitação Espaço	63	151	214
Justificativa/Contribuição	52	121	173
Limitação	26	22	48

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

Tabela 04: Publicações segundo a classificação admitida na pesquisa.

Tipos de Pesquisa	Congresso USP	CBC	TOTAL
Quanto aos objetivos			
Exploratória	23	38	61

Explicativa	1	1	2
Descritiva-explicativa	5	39	44
Exploratória-descritiva	3	14	17
Não especificado	62	145	207
TOTAL	94	237	331
Quanto à abordagem			
Indutivo	3	5	8
Dedutivo	4	7	11
Hipotético-dedutivo	0	1	1
Dialético	0	0	0
Não especificado	87	224	311
TOTAL	94	237	331
Quanto aos procedimentos técnicos			
Bibliográfica	20	26	46
Documental	17	34	51
Experimental	0	1	1
Levantamento	2	2	4
Estudo de caso	10	52	62
Pesquisa ação	0	0	0
Survey	2	3	5
Não especificado	43	119	162
TOTAL	94	237	331
Quanto ao método de procedimento			
Histórico	0	0	0
Monográfico	0	0	0
Comparativo	0	2	2
Etnográfico	0	0	0
Estatístico	4	8	12
Tipológico	0	0	0
Funcionalista	0	0	0
Estruturalista	0	0	0
Correlação	1	1	2
Regressão	1	4	5
Descritiva	7	2	9
Analítica	1	0	1
Não especificado	80	220	300
TOTAL	94	237	331
Quanto às técnicas			
Observação	0	0	0
Entrevista	7	9	16
Questionário	10	21	31
Formulário	1	2	3
Medidas de opinião e de atitude	0	0	0
Sociometria	0	0	0
Análise de Conteúdo	1	10	11
História de vida	0	0	0
Pesquisa de mercado	0	0	0
Mais de uma técnica de coleta	1	17	18
Não utilizou técnica de coleta	0	0	0
Não especificado	74	178	252
TOTAL	94	237	331
Quanto ao ambiente de pesquisa			
De campo	12	19	31
Laboratório	0	0	0
Bibliográfica	1	0	1
Não especificado	81	218	299
TOTAL	94	237	331
Quanto à natureza das variáveis			
Quantitativa	8	14	22
Qualitativa	19	30	49
Mista	8	17	25
Não especificado	59	176	235
TOTAL	94	237	331
Quanto à natureza da pesquisa			
Pura	1	0	1
Aplicada	3	8	11
Não especificado	90	229	319
TOTAL	94	237	331

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

Tabela 05: Distribuição dos artigos segundo a área temática.

Área	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	Congresso Brasileiro de Custos	TOTAL
Contabilidade Social	2	0	2
Contabilidade Ambiental	20	60	80
Contabilidade para ONG's/Terceiro Setor	0	0	0
Balanço Social	12	7	19
Demonstração do Valor Adicionado	4	3	7
Relatórios Sociais de Apoio à Gestão Ambiental	0	0	0
Terceiro Setor	3	9	12
Políticas Públicas	3	2	5
Responsabilidade Social e Ambiental	15	66	81
Capital Intelectual	8	23	31
Instrumentos Contábeis de Evidenciação da Responsabilidade das Empresas	1	1	2
Lei de Responsabilidade Fiscal	2	12	14
Orçamento e Contabilidade Governamental	24	54	78
TOTAL	94	237	331

Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

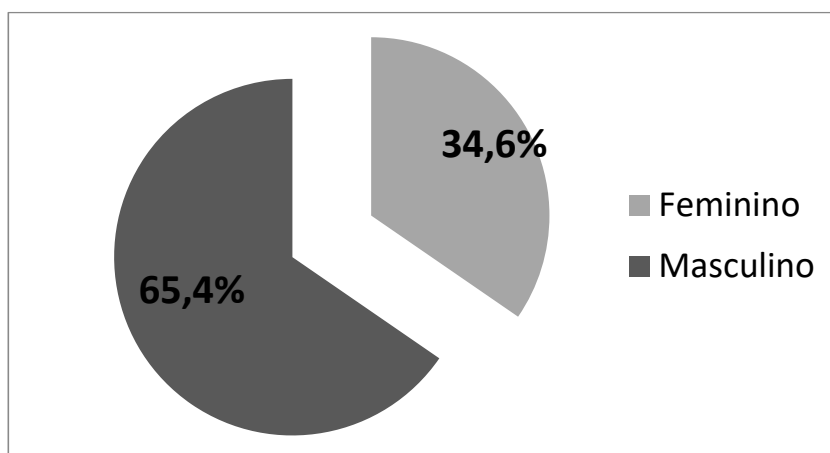


Gráfico 01: Caracterização dos autores quanto ao gênero
Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

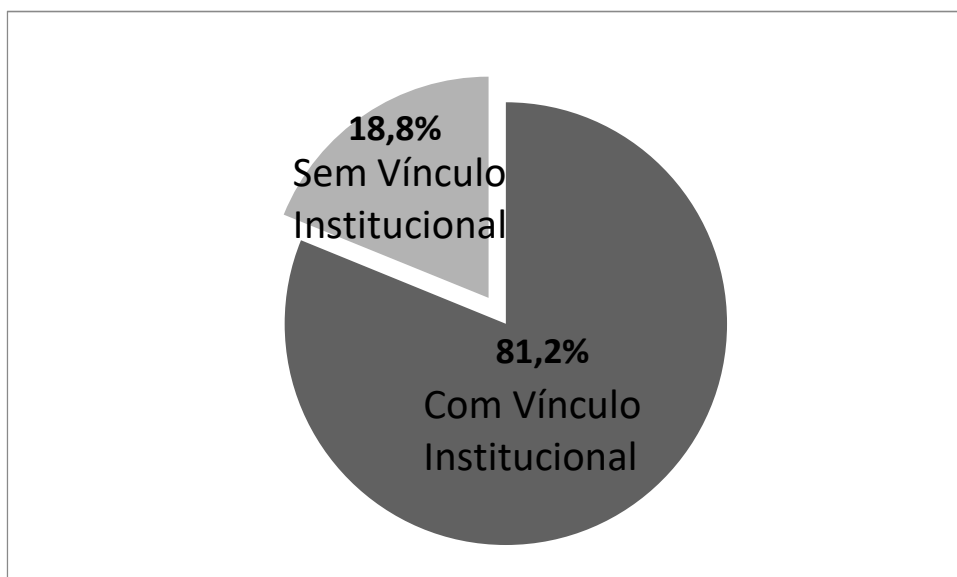


Gráfico 02: Caracterização dos autores quanto ao vínculo institucional
 Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

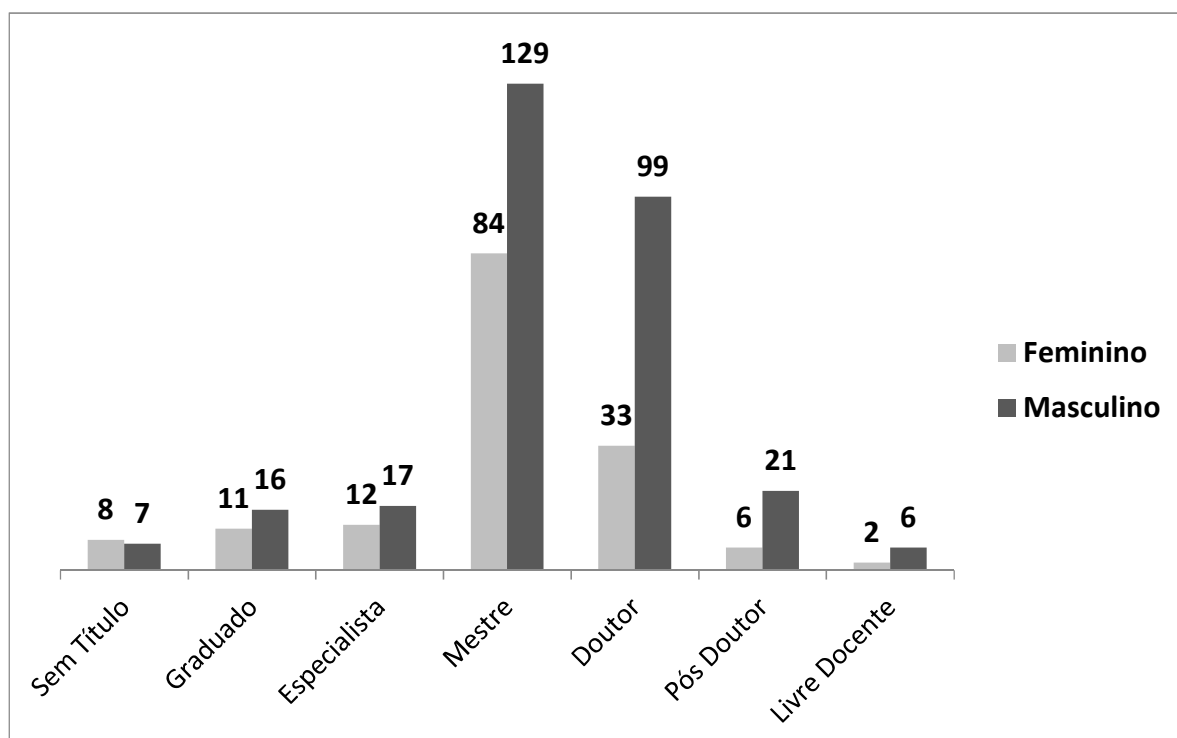


Gráfico 03: Distribuição dos pesquisadores segundo o grau de titulação, por gênero.
 Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

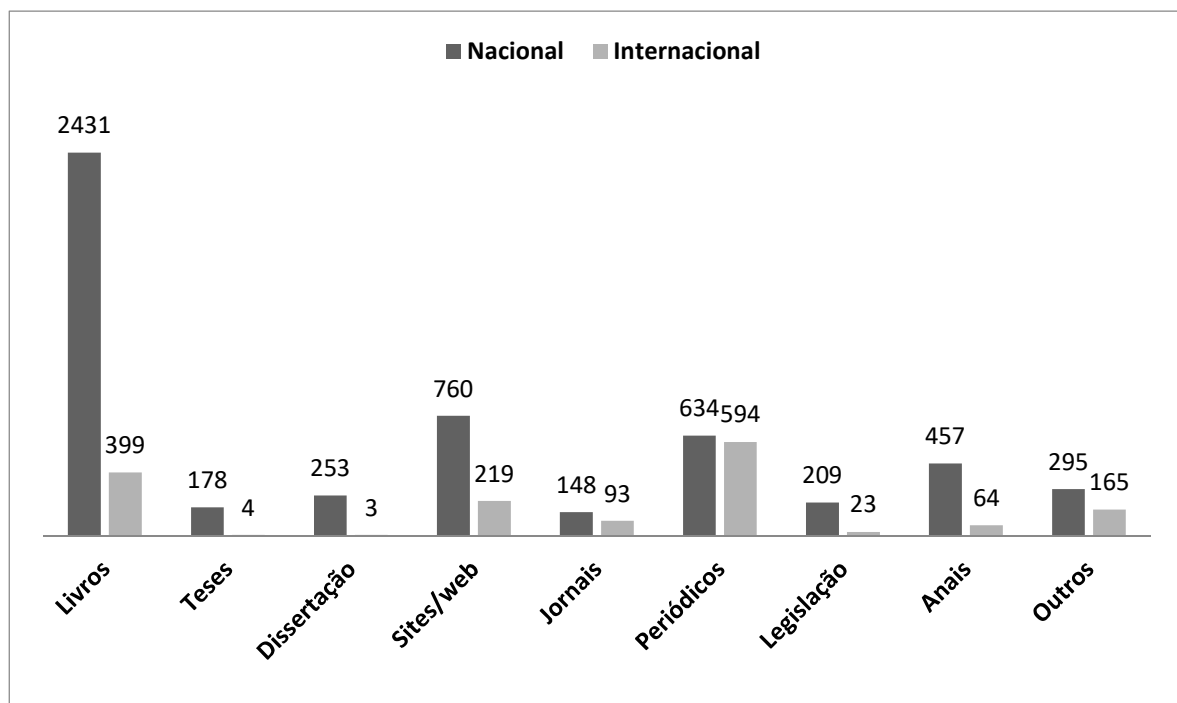


Gráfico 04: Origem do referencial teórico utilizado pelos pesquisadores.
 Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.

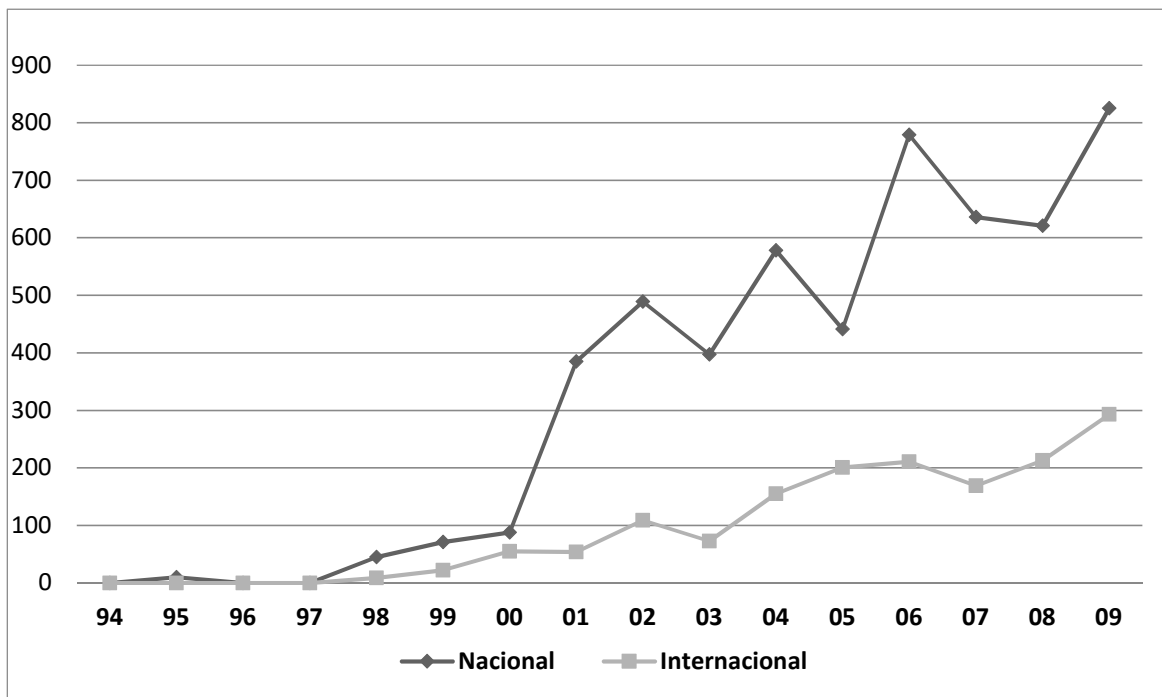


Gráfico 05: Evolução das referências utilizadas pelos pesquisadores.
 Fonte: desenvolvido pelo autor, 2011.